

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.804 - RJ (2019/0312957-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : LUIZ CARLOS DE SOUZA
ADVOGADO : ALINE MICHYLLES DE OLIVEIRA - RJ154534
RECORRIDO : SERASA S.A
ADVOGADO : RICARDO MACHADO CALDARA - RJ061994

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação de compensação por danos morais.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por LUIZ CARLOS DE SOUZA, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 16/07/2019.

Concluso ao gabinete em: 17/10/2019.

Ação: compensação por danos morais ajuizada pelo recorrente, em face de SERASA S.A, em razão de negativação de seu nome em cadastro de proteção ao crédito.

Sentença: julgou improcedente o pedido inicial.

Acórdão: negou provimento à apelação do recorrente, nos termos da ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO.

1- A pretensão do autor é receber indenização pelo fato de não ter sido notificado previamente de que, em razão de cheque sem fundos ,seria inscrito no cadastro de restrição.

2- O demandante não discute a existência do cheque sem fundos, tampouco a legalidade da inscrição no Serasa.

Superior Tribunal de Justiça

3- A comunicação a que se refere o artigo 43, parágrafo 2.", do Código de Defesa do Consumidor, independe de maior formalidade e prescinde de comprovação por aviso de recebimento, bastando prova da postagem ao consumidor no endereço constante do contrato.

4- Inteligência que se extrai das Súmulas 93, deste Tribunal de Justiça, e 404, do Superior Tribunal de Justiça.

5- Comprovação de envio da notificação ao endereço do autor, nos termos do artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil (e-STJ fl. 183).

Embargos de Declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 43, § 2º, do CDC; e 944 do CC, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que faz jus à compensação por danos morais em razão da ausência de prévia notificação escrita o informando de sua situação.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Na hipótese, o Tribunal de origem assim consignou:

No caso dos autos, o segundo réu, ora apelante, em atendimento ao comando do inciso II do artigo 373, do Código de Processo Civil, comprovou, através dos documentos de fls. 87/89, que enviou correspondência ao endereço da autora, sendo certo que, nos termos do contrato entabulado entre o mesmo e a empresa credora, há cláusula prevendo, expressamente, que cabe a esta informar o endereço do devedor, para fins de envio de correspondência.

Cumpre registrar que, embora a relação existente entre os litigantes seja de caráter consumerista, devendo, portanto, ser analisada sob os ditames estabelecidos no Código de Proteção e de Defesa do Consumidor, não está a parte autora dispensada do dever de demonstrar a existência do fato constitutivo de seu direito, a teor do que determina o artigo 373, inciso I, do CPC.

Nesse quadro, não tendo o autor demonstrado qualquer falha na prestação de serviço por parte da empresa ré que tivesse lhe gerado danos, não há mesmo como acolher a sua pretensão (e-STJ fl.

187).

Como bem ressaltado pelo embargado, o que antecedeu a notificação não foi a anotação em rol restritivo de crédito, mas sim o registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), cuja responsabilidade é do Banco Central (e-STJ fl. 213).

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao fato de que *i)* restou comprovado que a empresa recorrida notificou o recorrente de sua situação cadastral; e *ii)* a anotação em rol restritivo de crédito não antecedeu a referida notificação, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (exigência de prévia notificação do mantenedor do cadastro ao consumidor), impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 187) para 18%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá

Superior Tribunal de Justiça

acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

